

“A noiva sublimada”: estudo etnográfico sobre a construção do celibato feminino não religioso na terceira idade

Sérgio Luiz Peres de Peres¹

RESUMO: Este artigo² originou-se da pesquisa feita em um grupo de mulheres idosas e solteiras, na cidade de Pelotas, RS. Essa pesquisa procurou identificar e interpretar a maneira como se estrutura, ao longo da vida e como construção social, a condição do celibato não religioso entre mulheres na Terceira Idade.

PALAVRAS-CHAVE: *Etnografia, celibato, mulher, velhice.*

ABSTRACT: Le article est originaire d'une enquête faite dans un group de femmes âgées à Pelotas, RS. On a cherché d'identifier et interpréter la façon comme si structure, au long de la vie et comme construction sociale, la condition du célibat féminin non religieux à la vieillesse.

KEY-WORDS: *Ethnografie, célibat, feminine, vieilles.*

Introdução

No Brasil encontra-se uma grande produção bibliográfica sobre a velhice. Há um grande número de trabalhos sobre o celibato feminino, sobre a condição feminina do não-casamento entre religiosas. Há, entretanto, poucos trabalhos sobre o celibato feminino não religioso na velhice, ou pelo menos não estão facilmente detectáveis. O conceito de Terceira Idade aqui utilizado é aquele em cujo sentido está a intenção de amenizar os efeitos negativos do processo de envelhecimento, sendo a própria velhice uma categoria de difícil definição, principalmente porque não é um acontecimento homogêneo nem mesmo em um único indivíduo,

¹ Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural pelo Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas – ICH/UFPeI, Brasil.

² Neste artigo apresento uma síntese de minha monografia de especialização em Memória, Identidade e Cultura Material – ICH/UFPeI, sob o mesmo título, orientada pela Prof^a Dr^a Maria Leticia Mazzucchi Ferreira.

como explica MOTTA (1998:28): “Há sempre partes, órgãos ou funções do corpo que se mantém muito mais jovens, conservados, sadios.” É provável que isso explique o fato de que ao se trabalhar com a velhice, seja recorrente a ideia de que o velho não se sente velho, que a idade cronológica não diz tudo. Segundo Motta (1994), no Brasil os estudos sobre velhice tornaram-se indispensáveis, e, sobretudo os que tratam da mulher na velhice, dado que o número de mulheres na Terceira Idade tem superado o de homens, constituindo pelo menos sessenta por cento do grupo de idosos no país.

Do resultado da pesquisa desenvolvida com um grupo de mulheres solteiras e na Terceira Idade, alguns dados são apresentados neste texto. Num primeiro momento define-se quem é a solteira na velhice, apresentam-se as narrativas femininas e analisa-se a ascendência paterna como elemento articulador da memória e seus desdobramentos sobre a condição de solteira; num segundo momento, procura-se demonstrar a contínua construção de identidades, de papéis e lugares sociais, e as justificativas para o celibato, a partir da ideia do casamento como construção social, no conceito de Bourdieu. As narrativas dessas mulheres aparecem no texto como veículos da memória, essa reconstituição do passado que, modulada pelos sentimentos e emoções e pela condição do sujeito no presente, revela estratégias de afirmação e continuidade, num tempo de descontinuidades e rupturas.

A tia nossa de cada dia: as solteiras de perto

As seguintes características definem o que é a solteira na Terceira Idade, para efeitos dessa pesquisa e análise: é a mulher que está acima dos sessenta anos, que nunca casou, que não teve filhos e que nunca viveu maritalmente com um homem (FONSECA, 1985). Quando o trabalho de campo foi iniciado pensou-se que se confirmariam ideias já pertencentes ao censo comum, como a da

renúncia ao casamento em favor da família, ou da opção por uma carreira em detrimento deste. O que ocorreu, no entanto, foi que se verificou que não há um padrão de recorrência dos motivos que levaram à renúncia ao casamento (oficial ou não). Há, entretanto, um determinado comportamento, esse sim recorrente, que se estabelece entre o grupo familiar e essas mulheres. Nessa relação se percebe, por exemplo, o papel que cumprem de cuidar dos pais quando estes atingem a velhice, em detrimento de suas vidas pessoais. A rede de informantes começou a se formar a partir de nossas famílias, sendo que posteriormente recebemos a colaboração de alguns colegas de trabalho que se dispuseram a nos apresentar suas parentes solteiras (madrinhas e ou irmãs mais velhas). O grupo final é composto por sete mulheres com idade média de setenta e cinco anos. Três delas têm origem na zona rural e quatro, na zona urbana, sendo que houve ao longo de suas vidas momentos em que transitaram entre esses dois pontos. São empregadas domésticas, costureiras e funcionárias públicas que, já aposentadas, se ocupam em atividades de caráter religioso, benemérito e, obviamente, ainda estão disponíveis para suas famílias. O universo pesquisado é o ambiente doméstico, lugar que privilegia a observação a partir do cotidiano dessas mulheres, de suas ações e gestos mais simples, sendo também um importante lugar de memória. Ancorada no método antropológico de distanciamento, observação e registro, a pesquisa buscou responder questões relativas à identidade social dessas mulheres lançando mão de suas histórias de vida, objetivando assim colher suas impressões a respeito do mundo, delas mesmas, e da condição de solteiras, que não estão dadas.

Lidas enquanto texto ficcional, as narrativas biográficas falam por si mesmas, são histórias que se contam. Aliás, é interessante observar que enquanto narradoras de suas trajetórias de vida, as solteiras são personagens de si mesmas, assim como são de sua autoria todas as demais personagens presentes nessas livres adaptações do passado, entendido esse exercício como próprio de

nossa humanidade socialmente construída. Essas narrativas passam a compor então não um mero conjunto de depoimentos a ser literalmente entendido, mas um processo fragmentado de construção de múltiplas identidades, suas e do outro, e de uma tentativa de organização da vida e de domínio do tempo. Autora-narradora-personagem, o trinômio algumas vezes presente na literatura de ficção, está inserido nos depoimentos que colhemos. Enquanto rememoram, enquanto buscam recompor o passado, as informantes o fazem como autoras de uma história a ser lida, onde, no exato instante em que o processo evocativo é acionado, unificam-se os três sujeitos referidos. Por isso são personagens de si mesmas, porque falam de suas vidas com a autoridade de autor, do narrador:

“(...) assim, o inesquecível aflora de repente em seus gestos e olhares, conferindo a tudo o que lhe diz respeito àquela autoridade que mesmo um pobre diabo possui ao morrer, para os vivos ao seu redor. Na narrativa está essa autoridade” (BENJAMIN, 1985:207-8).

Capazes de falarem de si sem aparentar constrangimento, as solteiras descrevem detalhes de episódios de várias idades da vida: *“A Lúcia, que era uma mulher muito inteligente, de ar aristocrático, me cuidou desde que eu era bem pequena, e quando ela foi lá para casa me deu um gatinho recém-nascido, o Marelo, que ficou comigo até eu completar dezesseis anos.”* (D. Clarice, 78 anos, escritora aposentada) ou mesmo de cenas que fazem alusão aos pendoros, às qualidades da futura mulher que, em menina, pretende ser escritora: *“em determinada noite, tendo faltado luz, sob a luz de uma vela, olhava para uma lata de querosene Jacaré, encarnada... eu comecei a ler sozinha, juntando as letras.”* (D. Clarice). Descrições alongadas, caminhos e atalhos nos quais só elas

têm como se situarem: as condições climáticas de um dia de festa: *"O dia do casamento da minha irmã amanheceu iluminado. Acordei bem cedo e fui colher alface"* (D. Sarah, 78 anos, empregada doméstica); o constrangimento diante de um professor: *"A gente ia para o colégio no lombo do cavalo, tudo muito longe, e eu tinha vergonha do professor, ele só ensinava os meninos, a gente que era gurria ele não dava bola."* (D. Laura, 82 anos, empregada doméstica). E uma narrativa elaborada a partir de uma atividade religiosa: *"Evangelização é a minha vida, é o meu matrimônio. Eu casei com esse trabalho... assim como os católicos têm as freiras eu, mal comparando, sou uma freira do espiritismo, dentro do campo da evangelização."* (D. Ângela, 70 anos, assistente social). Outra narrativa do eu é de D. Greta (80 anos, funcionária pública), e se inscreve no conjunto das narrativas glamourizadas. Essa trajetória de vida se apresenta marcada pela valorização daquilo que demarca a identidade social do sujeito, nesse caso a carreira artística e as opções ou sublimações feitas em seu nome. Como se observa, a carreira aparece como substituta do casamento, no sentido em que exige dedicação em níveis de exclusividade, devolvendo reconhecimento, um elemento de distinção: *"Eu quis outra coisa... não era isso (casar) que eu queria, fazer o quê? A carreira artística me absorveu totalmente, eu me dedicava de corpo e alma, estudava como uma doida."* Outra informante, D. Cristina (70 anos, funcionária pública), é órfã de pai e mãe desde a juventude, e lembra dos pais em meio a um choro contido que atravessou boa parte da entrevista. Conta que quando já era professora da rede estadual de ensino, fora convidada a trabalhar como assessora de um importante político que voltava ao Brasil após o exílio e que fora, na juventude, amigo de seu pai. Em sua sala de estar estão expostas fotografias em que ela aparece entre personalidades de projeção nacional, como empresários, artistas e políticos, o que marca um espaço de sociabilidade e constrói uma identidade que, apesar de outras, recebe um tratamento especial: *"Essa sou eu, com minha amiga Maria Tereza, viúva do presidente João Goulart, na*

fazenda dela, no Maranhão.” A narrativa de D. Cristina assinala o lugar social e um importante papel para a informante.

Como guardiãs da memória da família, onde estão inseridas as suas memórias pessoais, as “filhas velhas” trabalham sob o leme da memória, elas retêm a face do tempo medido e do inexato, suas recordações rompem com a cronologicidade dos eventos, é um tempo subjetivo. Ir e vir, evocar ora a infância, ora a velhice, retroceder, estacionar, e retomar o curso da narrativa cujo fluxo não cessa. Uma vez maduras, acumulando uma série de experiências, tendo suportado e vivido outras épocas, as solteiras estão investidas do trabalho da memória; suas narrativas por vezes cheias de mágoa, nostalgia e ressentimento, são reflexos desse tempo vivido noutro espaço, em cenários que já não podem ser vislumbrados senão através da rememoração. A dramaticidade com a qual algumas informantes relatam suas lembranças pode ser observada, por exemplo, na fala de D. Laura, onde a figura do pai é carregada de autoritarismo, causadora de sofrimento:

“Eu ouvi o papai dizer para o meu noivo que o casamento não poderia sair de jeito nenhum, eu estava na cozinha e ouvi tudo. Papai disse: tu vais lá e acaba com tudo... e eu ouvindo tudo... mamãe não dizia nada, puxava para o papai. Vendi os aprontes, vendi. Para que eu ia querer um enxoval bonito, para as traças comerem?”

No relato de D. Sarah, novamente a figura paterna estrutura a memória e também aparece ligada à características despóticas: *“Meu pai era rígido, não afrouxava com ninguém. Tive vários pretendentes, mas meu pai nunca aceitou quem me agradava, cada um tinha um problema”*, aqui, fala a moça de sentimento amoroso interceptada pela filha fiel, hoje ressentida. D. Alice deixou o

interior para acompanhar os irmãos, todos mais jovens, que continuariam os estudos na cidade, ficando responsável por eles até que os pais pudessem se mudar também. A figura do “irmão mais velho” pontua a história familiar e, na fala de D. Alice, toma o lugar da figura paterna no que tange a causa do celibato: “ (...) e *todo mundo sempre diz que o J.C, meu irmão mais velho, não deixou que eu casasse.*” Não por acaso o “irmão mais velho” surge como uma extensão da autoridade paterna, pois cabe ao irmão de D. Alice, embora mais novo que ela, cuidar do dinheiro do pai, agora aposentado. Pensamos que o relato esboça primeiramente uma categorização da prole baseada na divisão por sexo, discriminatória, portanto; e onde há entendimento da família, ou de quem nela detém o poder de decisão, de que há a necessidade de uma das filhas permanecer solteira para cuidar dos pais. Essa noção de que ao manter uma das filhas solteiras a família estaria se poupando de gastos com uma empregada doméstica ou com uma enfermeira, é comum também a outras narrativas. A cuidadora de velhos, enquanto papel social se dá no ambiente doméstico “naturalmente” reservado a uma das filhas, embora um filho possa aprender esse trabalho, mas:

“Ser mulher seria ser dona do espaço doméstico. É também ser doméstica. O doméstico seria ele próprio feminino” (ALMEIDA, 1982:186).

D. Clarice destaca a figura do pai dizendo: “*Quando chegava a diversão meu pai não deixava. Meu pai nunca disse ‘eu não quero que vá’, ele dizia ‘por minha vontade não vai’... então, se ele dizia... Já os namorados, acho que nunca fui bem desenvolvida, fui muito retraída, esse sistema. Decerto pela forma como fui criada.*” O depoimento é emblemático. D. Clarice parece dizer que o pai, nessas ocasiões, testava sua autoridade sobre a filha, expondo sua vontade sem ser categórico na negativa ao divertimento, situação

que pode ser estendida ao namoro, pois o fato dela não ter tido namorados está justificado pelo modo como fora criada, ou seja, a negação esteve sempre velada, cifrada, como cifrada é a referência a esse modelo de educação: “sistema”.

A “idade de casar”, entendida pelas informantes como o período de reprodução sexual via casamento, e cujo limite oscila na faixa dos quarenta anos de idade, aparece nos relatos como um divisor do tempo de suas vidas, elaborando desde então a ideia de que não casariam, primeiro passo na construção da condição de solteira. Os desdobramentos da ascendência paterna sobre esses destinos femininos estão relacionados a questões de duas ordens: a primeira, diz respeito a um acordo tácito entre pai e filha e funcionaria como um sistema de trocas onde o celibato equivaleria a algum tipo de ganho, uma recompensa imaterial como uma liberdade outra, ou mesmo material como uma casa, um terreno, uma pensão; a segunda, derivada da primeira, enquadra situações onde essas disposições tacitamente acordadas não são levadas a termo, fazendo instalar-se uma atmosfera de julgamento das ações paternas e familiares, ainda que em nada modifiquem, e realmente não o fazem, o que já está construído. Tendo atingido a velhice, é a partir daí que as informantes culpam seus pais por terem permanecido solteiras, como registrado na fala de D. Laura: *“Eu tive que ficar solteira para cuidar dele e da mamãe, e deu tudo certinho como ele queria.”*, e na de D. Alice: *“tive dois noivos, e todo mundo diz que o J.C não deixou que eu casasse”* assim como na fala de D. Clarice: *“ninguém nunca quis casar comigo, decerto pelo sistema em que fui criada, meu pai não gostava”* e como no relato de D. Sarah: *“Meu pai era muito rígido (...) meu pai nunca aceitou quem me agradava.”* Esses são claramente julgamentos dos atos paternos, onde os pais são condenados para, em seguida, serem absolvidos: *“Deus que te perdoe, que te dê o reino, meu pai, mas foi tudo verdade”* (D. Laura) *“Sabe, aquele era muito violento mesmo”* (D. Alice) *“Depois, meu pai trabalhava muito, meu pai fazia muito*

serão... eu não me arrependo da maneira como fui criada... está bom, muito bom" (D. Clarice) "(...) Então ele estava certo, às vezes, não sei não, meu pai não era nem um pouco bobo (...)” (D. Sarah). Ora, esses homens não saberão jamais sobre os vereditos de que são alvo por já estarem mortos, e por isso nada mais há a fazer senão isentá-los de culpa, absolvendo-os por fim, reconhecendo neles e em suas atitudes traços de sabedoria, de heroísmo, transpondo-os ao território do mito. Nada mais justo, então, que manter suas memórias resguardadas, imaculadas, invioláveis, a extensão do “honrarás pai e mãe” e do que lhe é subjacente, ou seja, o sentimento de que cumpriram o papel de filhas no sentido de uma fidelidade filial. Pesa aqui, definitivamente, a questão do respeito à memória dos mortos, a noção universal e atemporal do culto aos antepassados:

“Proposições já bem estabelecidas (...) como a de que o culto dos ancestrais apoia a autoridade dos mais velhos (...)” (GEERTZ, 1989:102).

Ao absolverem os pais, reverenciando suas memórias, as solteiras estão reforçando sua própria autoridade e sua identidade enquanto velhas, conferindo confiabilidade a seus relatos; estão justificando socialmente a condição de celibata através de um drama familiar no qual atuaram como personagens vitimizadas por um devir anunciado, a não realização do casamento, cuja responsabilidade recai sobre a figura de um pai austero e de uma mãe submissa.

O momento de julgar pode ser interpretado como um ajuste de contas, e a condenação, como efeito da constatação de que alguma coisa não correu segundo o esperado, de que o acordo não foi integralmente cumprido, como na questão da partilha de bens, e a absolvição, vista como sinal de respeito pela memória dos pais. Na cena do julgamento, não estão presentes a filha jovem nem os pais

maduros, é um diálogo entre velhos, onde a barreira das idades da vida, da diferença entre gerações cede lugar a um enfrentamento de iguais enquanto categoria. Entre vivos e mortos, porém, a relação se mantém inalterada, seguindo as práticas de reverência à memória dos antepassados, já referidas, quando se dá a absolvição, numa seqüência de rito quase religioso, num gesto de grandeza, de sublimação. O ato da absolvição é também o reconhecimento da velhice como portadora de um saber que só é adquirido ao longo do tempo, é um aprendizado construído pela sobrevivência e pela retenção do passado, é uma situação mesmo de confirmação da memória como primeira instância das identidades.

Cena aberta: a construção do celibato

Entendendo que assim como o casamento o celibato é também uma construção social, é preciso sublinhar a diferença entre uma e outra coisa. Enquanto o casamento é uma construção social “naturalizada” ao longo da história do Ocidente contemporâneo, como assinala Bourdieu (1999), o celibato não religioso se difere do casamento, além do óbvio, pelo fato de que é uma construção social não “naturalizada”, ou seja, o custo da aceitação dessa condição como “natural” ainda é muito alto, embora o que se busque não seja a “naturalização” do celibato, mas sua apreensão despida dos preconceitos e dos estigmas que a ele estão associados, e o entendimento de como é socialmente construído.

Tido como um destino natural, o casamento tem seu contraponto no celibato. Enquanto o casamento é visto com um destino previamente desejado, o celibato é visto como um “acidente de percurso”, pois não é costume pensar o celibato enquanto escolha. À mulher é conferida uma grande responsabilidade em vincular-se, oficialmente ou não, a um companheiro, caracterizando um estado de casamento. O papel

feminino nesse processo é o de fundamentalmente legitimar a união através do casamento. Nesse sentido, a mulher solteira, aquela que não efetivou essa união com o sexo oposto em nenhum momento da vida, se apresenta num lugar de incompletude, uma vez que não exerce os papéis de esposa e mãe. Desse modo, a solteira estaria excluída da vida social não fossem as estratégias de reprodução social, as proposições já existentes nas estruturas sociais, como a família:

“Quem é, em definitivo, o sujeito das estratégias de reprodução? A família e as estratégias de reprodução estão ligadas em parte: sem família não haverá estratégias de reprodução, sem estratégias de reprodução não haverá família” (BOURDIEU, 1993:11).

O que está disposto no interior da estrutura familiar garante o “retorno” da solteira a lugares e papéis socialmente construídos. A família contém um conjunto de dispositivos culturais que funcionam como “reparador” de situações ditas de desvio ou, dito de outra forma, o celibato é uma condição em certa medida já prevista, não é um dado extra-social. “A unidade da família passa pela acumulação e pela transmissão do conjunto de forças (econômicas, simbólicas, psíquicas), a família funciona como um corpus” (BOURDIEU, 1993:11). As mudanças, arranjos e acomodações ocorridas na família como o divórcio, a viuvez, o celibato e o apadrinhamento confirmam o caráter orgânico da família, são estratégias de reprodução social. Está nesse caráter orgânico a própria condição de sobrevivência da família, de sua persistência em durar como estrutura através dos tempos, por maiores e mais profundas que sejam as transformações a que está submetida.

Em meados de 2004, quando já se aproximava o período previsto para o final da coleta de entrevistas, buscou-se ainda

outras informantes que haviam sido indicadas por colegas de trabalho certos de que, como as anteriores, também se mostrariam receptivas ao trabalho. No entanto, experimentaram-se as primeiras negativas, o que nos fez crer que se entrava em um daqueles momentos em que o trabalho de campo dá sinais de que o melhor período de pesquisa, sem qualquer explicação possível, aproximava-se do final. Engano de aprendiz: ainda havia o que fazer, pois as negativas em fornecer entrevistas eram, em si, dados importantes. Quando telefonamos para D. Selma para marcarmos a entrevista, respondeu-nos que não poderia atender-nos. Falou-nos que sua “secretária” estava muito doente e que ela mesma fazia as vezes de acompanhante da empregada. Semanas depois as encontramos sem que alguma coisa na empregada denunciasse o período de enfermidade grave anunciado por D. Selma. No meio em que atua profissionalmente, ela é uma mulher reconhecida por sua longa carreira, sua trajetória em dados momentos fora bastante conturbada, houve momentos bastante delicados, sendo a negativa em conceder a entrevista entendida como um modo de evitar tocar no assunto, preservando sua intimidade. D. Júlia, outra informante cuja entrevista já estava agendada, também se recusou a falar alegando, ao telefone, um motivo impossível: *“Estou muito triste, deprimida... acabei de perder meu filho, tinha só 36 anos... não estou aguentando.”* O colega que nos havia apresentado D. Júlia, ao saber do ocorrido, esclareceu: “... ela não teve filhos, esse de quem ela fala era um sobrinho dela, que ela criou desde menino, era meu primo.” Tendo desempenhado o papel de mãe postiça³, D. Júlia exemplifica um modelo extremado de mimetização ao se mostrar como mãe. A essa noção de mãe postiça anexo outra ideia

³ Correlato de mãe desbiologizada, aquela mulher que não tendo gerado filhos, cria os filhos de outras mulheres; correlato também de “quase-mãe”, conceito colhido no interior do grupo, que exprime o mesmo sentido, mas que o aprofunda ao revelar laços de amor materno/filial.

recorrente nas narrativas das solteiras, o de “quase-mãe”, primeiramente na fala de D. Alice: “(...) e tem o Antônio, filho da Letícia (irmã), cuidei dele desde que nasceu, sou quase mãe dele, assumi cuidar dele para ela trabalhar...e ficou esse amor de filho”, depois na de D. Helena: “ajudei a criar trinta e tantos sobrinhos, com muito amor e carinho, principalmente os três filhos da Marília, dos quais dois já estão casados.” São solteiras que, estando disponíveis para cuidarem dos sobrinhos, construíram a identidade de mãe desbiologizada. A afirmação desse tipo de maternidade reforça uma identidade, principalmente na velhice, onde os laços de afeto originados a partir dessa maternidade postíça são fundamentais para as situarem no mundo. Tal como aparece no relato de D. Alice, esse estado híbrido de mãe-genitora-tia é o reconhecimento outorgado à solteira pelo outro:

“Todos os meus irmãos sempre me dizem que sou a segunda mãe deles, e eu me sinto emocionada, feliz. Nunca gerei um filho, mas tive um monte! Até hoje tem presentinho no Dia das Mães, esse ano ganhei também uma tele-mensagem, era tão linda que até chorei, era uma mensagem para mãe adotiva.”

A ideia de mãe desbiologizada é uma tentativa de escapar dos estereótipos de magoada, recalçada e carola, mas apesar disso:

“(...) hoje em dia, não bastaria ter relações sexuais para escapar ao estigma de desviante, seria preciso também gerar os próprios filhos (...)” (FONSECA, 1987:118).

A força da tradição da mulher como mãe, no sentido de que ela só possa se realizar na maternidade, mesmo que:

“(…) num período que durou cerca de dois séculos, o comportamento das mães oscilou com frequência entre a indiferença e a rejeição” (BADINTER, 1985:27).

está marcando uma fronteira entre celibato e casamento. A identidade de solteira, em oposição à de mulher casada se constrói como o produto da associação da noção do não casamento com a da não maternidade, que conjuntamente são sinal de distinção, o habitus, a reprodução social. A inexistência de grupos próprios de descendência estreita o contato com os parentes, retoca os laços afetivos, pois existem lugares e papéis a serem preenchidos e desempenhados nos quais a afetividade é um pré-requisito. Mesmo socialmente invisíveis, as solteiras desempenham um papel de múltiplas atribuições que reproduzem a estrutura familiar.

As identidades e papéis sociais construídos mediante negociações em diversos momentos durante o curso de vida tendem a ter como fechamento algumas justificativas para o celibato. Na velhice, as solteiras justificam essa condição associando-a a situações em que elas não são o único ator social da trama na qual permanecem solteiras, o que é próprio do construto social, da condição de quem se vê e é visto como desviante. Há a filha fiel, para quem a família está em primeiro lugar, e existe a ideia de que o celibato foi melhor destino se comparado com a vida de amigas e ou irmãs casadas que enfrentam problemas com maridos e filhos, e há também justificativas em torno da formação profissional e da religião, como nos dizem, respectivamente, D. Greta e D. Ângela: *“Na minha infância já estava determinada a minha carreira, que as minhas bonecas eram todas cantoras (...); “Evangelização é a minha vida, é o meu matrimônio... eu casei com esse trabalho, enchi tanto a minha vida que não senti falta de não ter casado.”*. São discursos elaborados com a intenção de justificar identidades e realizações de projetos, pois:

“o projeto é dinâmico e é permanentemente reelaborado, reorganizando a memória do ator, dando novos sentidos e significados, provocando repercussões na sua identidade” (VELHO, 1999:104).

como se percebe também na narrativa de D. Clarice: “depois que eu me aposentei eu fui fazer o que eu gostava, que era escrever e publicar...a gente se aposenta para viver, para ter uma nova forma de vida.”. Cada idade da vida reformula e explica a identidade de acordo com o contexto vivido, como se percebe no caso de D. Alice, que recentemente começou um namoro, o que remete ao tipo de casamento em que a reprodução biológica, já impossível dado o envelhecimento do corpo, dá lugar ao casamento enquanto relação baseada na companhia, no afeto, inserindo-o no espaço do amor que não se materializa na prole, à revelia do preconceito sobre o casamento na velhice.

De toda forma, o que está colocado neste artigo são vestígios que buscam iluminar o que chamamos “A noiva sublimada”, uma metáfora de Mnemosyne, a titã que, por sua face feminina e por sua voz evocadora, nascera incumbida do não esquecimento, assim como as solteiras, que foram ao longo de suas vidas refratando e refletindo o mundo em que vivem, burilando lembranças na velhice, emulsão de memória e testemunho, passado/lembrança e futuro/percepção, como os dois jorros simultâneos de que falara Bergson, no tempo quase fictício de um presente que nunca termina.

Bibliografia

- BADINTER, Elizabeth. Um amor conquistado. O mito do amor materno. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1985.
- BARROS, Myrian M. L. Autoridade e afeto. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 1987.
- BARROS, Myrian M. L. Testemunho de vida: um estudo antropológico de mulheres na velhice. IN: BARROS, Myrian M. L. (org) *Velhice ou Terceira idade?* Rio de Janeiro. FGV, 1998.
- BENJAMIN, Walter. O narrador. Obras escolhidas: Magia e técnica, Arte e política. SP. Brasiliense, 1985.
- BERGSON, Henri. Memória y vida. Textos escolhidos por Giles Deleuze.
- BOSI, Eclea. Memória e Sociedade, Lembrança de velhos. SP. Quatro, 1987.
- BOURDIEU, Pierre. A Dominação Masculina. RJ. Bertrand Brasil, 1999.
- BOURDIEU, Pierre. Stratégies de Reproduction et Modes de Domination. IN: *Actes de la recherche em sciences sociales*. 1993.
- CORREA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. IN: *Colcha de retalhos: Estudos sobre a família no Brasil*. SP. Brasiliense. 1982.
- DEBERT, Guíta G.V. A Reinvenção da velhice. SP. Edusp. 2000.
- ECKERT, Cornélia. A vida em outro ritmo. IN: BARROS, Myrian M.L (org) *Velhice ou Terceira Idade?* RJ. FGV. 1998.
- FERREIRA, Maria Leticia M. Memória e velhice: do lugar das lembranças. IN: BARROS, Myrian M.M. (org) *Velhice ou Terceira idade?* RJ. FGV. 1998.
- FONSECA, Cláudia. Solteironas de Fino Trato: Reflexões em torno do (Não) Casamento entre Pequeno-Burguesas no início do Século. IN: *Revista Brasileira de História*. SP. Vol.9 n° 18 jun. 1984.
- GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. RJ. LTC. 1989.

- GEERTZ, Clifford. O Saber local. RJ. Vozes. 1997.
- HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. SP. Vértice. 1990.
- HISTÓRIA ORAL: Revista da Associação Brasileira de História oral, n° 7, junho 2004. SP. *Associação Brasileira de História Oral*. Ago.89/set/89.
- MOTTA, Aida B. Trajetórias sociais de gênero e representação sobre velhice no Brasil. *Anuário Antropológico*. RJ. 1993.
- NUNES, Benedito. O tempo na narrativa. SP. Ática. 1998.
- VELHO, Gilberto. Individualismo e cultura. RJ. Jorge Zahar. 1987.
- VELHO, Gilberto. Antropologia urbana RJ. Jorge Zahar. 1999.
- VON SOMSON, Olga M.M. Desafios Contemporâneos da História oral. Campinas CMU. Unicamp. 1987.

Recebido em: 05/07/2009

Aprovado em: 30/09/2009

Publicado em: 03/11/2009